

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### **DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

Vistos etc.

Tratam-se de recursos administrativos interpostos pelas licitantes CONFORTO AMBIENTAL e CVAS REFRIGERAÇÃO LTDA, em face de decisão de habilitação prolatada pelo pregoeiro no certame 37/2019.

Narra o recorrente CONFORTO AMBIENTAL, em síntese, que o objeto social da empresa recorrida, AR PROJECT, não é pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Já, a irresignação recursal interposta pelo licitante CVAS REFRIGERAÇÃO contém maior amplitude, sustentando não apenas a alegação de incompatibilidade do objeto social da recorrida com o objeto a licitação, mas também que Engenheiro Responsável Técnico vinculado à empresa recorrida não se adéqua à exigência referente à qualificação técnica profissional e, ainda, que houve error in procedendo por parte do pregoeiro ao não mencionar no chat consulta e análise dos documentos habilitatórios previstos no Edital e constantes do sistema SICAF.

Em contrarrazões, a recorrida apresentou teses rebatendo as alegações ventiladas pelas recorrentes.

Feitos tais registros, passo à apreciação do mérito.

Primeiro ponto objeto de recurso - Em que pese este pregoeiro não ter mencionado por escrito no chat que consultou e observou a regularidade de documentos constantes no sistema SICAF, tal evento restou implicitamente demonstrado ao declarar habilitado o licitante AR PROJECT.

O processo licitatório é guiado pela legalidade, sendo analisado por diversos setores (inclusive a Assessoria Jurídica), o que tornaria impensável uma licitação seguir seu curso sem que fossem analisadas a contento as regularidades contidas no banco público SICAF.

No momento em que este pregoeiro fez solicitação no chat dos demais documentos habilitatórios e, após a apresentação e análise destes, declarado habilitado o fornecedor, usou este pregoeiro da interpretação a contrario sensu.

Ademais, os mencionados documentos habilitatórios da licitante AR Project, extraídos do SICAF, está em ambiente público na internet no site <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/licitacoes/arquivos-pregao-eletronico-2019/tre-ba-documentos-ar-projet-pregao-37-2019>, que pode ser acessado ampla e irrestritamente pelos ora recorrentes ou por qualquer cidadão interessado.

Assim, em que pese o error in procedendo cometido por este pregoeiro ao não deixar expressamente escrito que os documentos constantes do SICAF estavam regulares, essa impropriedade não afetou a regular habilitação da licitante vencedora.

Sem mais delongas, afasto este ponto suscitado.

Segundo ponto objeto de recurso - No que tange à alegação de incompatibilidade /impertinência do objeto social com o objeto da licitação, de igual forma não merece prosperar.

O objeto da licitação é serviço de limpeza e desinfecção nos dutos do sistema de ar condicionado do TRE-BA. Já, consta no rol de atividades empresariais da recorrida AR PROJECT o CNAE 4322-3/02 Instalação e Manutenção de Sistemas Centrais de Ar Condicionado.

A celeuma reside em entender se manutenção de sistema central engloba serviço de limpeza e desinfecção ou se são atividades totalmente incompatíveis / impertinentes.

Preliminarmente se faz necessário aclarar o vocábulo compatível, de acordo com o dicionário da língua portuguesa: passível de coexistir ou conciliar-se, a um tempo, com outro ou outros; harmonizável.

Pela leitura do art. 4º da Portaria 3.523, de 28 de Agosto de 1998, do Ministério da Saúde (procedimentos de limpeza e manutenção da integridade e eficiência dos componentes dos sistemas de climatização de uso coletivo), observa-se haver resposta a essa dúvida.

Na alínea g do mencionado art. 4º, vê-se a definição de limpeza, qual seja: procedimento de manutenção preventiva que consiste na remoção de sujidade dos componentes do sistema de climatização, para evitar a sua dispersão no ambiente interno

Dessa forma, não prospera a alegação de que não há compatibilidade entre os objetos, haja vista que a atividade de limpeza é um procedimento de manutenção preventiva.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 08/10/2019 08:44:22

Por: SIVALDO TAVARES DE JESUS

Deve-se aplicar à situação em tela o brilhante excerto contido no acórdão 571/2006 do TCU:

“Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.”

Nesse sentido, rejeito a presente irresignação, por restar suficientemente demonstrado que a atividade de limpeza está contida na atividade manutenção de ar-condicionado.

Por fim, passo a analisar o terceiro ponto objeto de recurso – a recorrente alega que o responsável técnico apresentado pela licitante vencedora está há pouco tempo como seu engenheiro responsável, o que eventualmente poderia denotar “inexperiência”.

Observa-se que consta do Atestado de Capacidade Técnica exarado pela empresa Atacadão que a licitante vencedora sob a responsabilidade técnica do engenheiro Javan Pacífico da Silva presta serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e preditiva (limpeza e higienização química de toda a rede interna de dutos).

Vê-se que esse engenheiro mecânico firmou contrato com a licitante vencedora desde 28/01/2019, quando já estavam em curso as atividades junto à empresa Atacadão, porém, reitere-se, o contrato é de serviço contínuo, de necessidade permanente da contratante.

O edital de licitação, na alínea c da cláusula 10.1.7 exige comprovação de que o responsável técnico da licitante já tenha executado serviço de limpeza de dutos de ar condicionado, o que, pelo meu ver, está comprovado através dos documentos apresentados pela licitante vencedora (certidão de acervo técnico e atestado de capacidade técnica).

Pelas razões acima expostas, entendo que a ilação externada pela recorrente não apresenta lastro conciso, motivo pelo qual, de igual forma, rejeito esta irresignação.

Ante o exposto, sano a impropriedade procedimental cometida no curso do certame e, nesta oportunidade, torno público que fora tempestivamente verificada as regularidades jurídica, trabalhista e outras da licitante AR Project no sistema SICAF. Nesse sentido, rejeito todos as razões recursais e, nos termos da legislação regente, faço subir os presentes autos à Administração Superior para decisão.

Castro Alves BA, 08 de outubro de 2019

Sivaldo Tavares de Jesus  
Pregoeiro

**Fechar**